



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SEMINÁRIO

ALTERNATIVAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO CONTEXTO DO DESEMPREGO

DATA: 29/5/19

Realizador: Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Local de realização: Plenário Amyntas de Barros

9h47min - Abertura

Composição da Mesa:

- o vereador Gilson Reis;
- a vereadora Bella Gonçalves;
- o representante da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, Bruno Miranda;
- a representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, Valéria Peres Moratto Gonçalves;
- o representante da Intersindical, China;
- o representante da Nova Central Sindical, Éverton;
- o representante do Sindicato das Cooperativas de Minas Gerais, Geraldo Magela da Silva.

Síntese dos pronunciamentos:

O vereador **GILSON REIS** saudou a todos e comentou os objetivos deste seminário. Disse que o aumento do desemprego em Belo Horizonte tem provocado aumento da população de rua. Informou que cinco anos atrás essa população somava 1.700 pessoas e que, hoje, chega a 9.000 pessoas. Tratou a questão do desemprego como estrutural e disse que, nos últimos anos, tem faltado uma política macroeconômica e estrutural para tratar dessa questão. Lembrou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - indicou que quase um quarto da população economicamente ativa brasileira está desempregado ou subempregado. Cobrou o desenvolvimento de políticas públicas mais consistentes para atacar o problema.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Manifestou a esperança de que este seminário possa estimular reflexões e abrir canais de comunicação com a PBH.

A vereadora **BELLA GONÇALVES** saudou a todos e ressaltou a importância deste seminário. Defendeu a necessidade de que a discussão seja ampla e iniciada nos Municípios. Defendeu também a discussão sobre a construção de um bem-viver nas cidades e ressaltou que isso depende de trabalho, terra e renda para concretizar-se. Disse que, no passado, a busca de emprego era baseada no desenvolvimento de obras de infraestrutura. Lembrou a realização de discussões na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG - para analisar os impactos da reforma da Previdência para as mulheres. Afirmou que o número de trabalhadores informais é maior do que o de trabalhadores formais. Disse que tem observado em Belo Horizonte um ataque muito forte à economia popular e a limitação da atuação de vendedores ambulantes. Defendeu que a economia popular tenha novo espaço na cidade.

CHINA saudou a todos e lamentou os ataques que estão sendo feitas aos trabalhadores. Disse que a categoria que mais cresce atualmente é a do trabalhador informal. Considerou praticamente impossível viver hoje com um salário mínimo. Ponderou que o trabalho informal é a única alternativa da juventude nas periferias e que essa dificuldade tem levado muitos jovens à criminalidade.

VALÉRIA PERES MORATTO GONÇALVES saudou a todos e parabenizou a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor pela iniciativa de realizar este seminário. Elogiou a posição da CMBH de ampliar seu papel fiscalizador com a proposição de alternativas para os problemas verificados neste Município. Criticou os cortes de recursos na Educação, ponderando que esses cortes influenciam diretamente a qualificação dos trabalhadores e sua empregabilidade. Disse que essa medida enseja aumento do desemprego. Informou que a CTB representa trabalhadores do campo e da cidade e que se tem verificado um agravamento da situação da agricultura familiar com o corte de fontes de financiamento. Convidou a todos para ir às ruas amanhã, às 17 horas, em manifestação contra os cortes na Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ÉVERTON saudou a todos e parabenizou a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor pela iniciativa de realizar este seminário. Criticou a extinção de todos os conselhos de participação popular no governo federal e a ampliação da terceirização ampla. Elogiou a proposta de criação de um conselho popular de emprego e renda em Belo Horizonte.

GERALDO MAGELA DA SILVA saudou a todos e reafirmou o seu compromisso de contribuir para o desenvolvimento de políticas de geração de emprego e renda e de atuar em conjunto com as centrais sindicais e entes públicos. Comentou o trabalho de desenvolvimento do cooperativismo na busca da geração de emprego e renda. Informou que está sendo criada uma cooperativa de crédito no Bairro Vera Cruz, buscando garantir fontes de financiamento para os trabalhadores da comunidade, o que, segundo avaliou, resultará na geração de empregos na região. Lembrou que o cooperativismo é uma alternativa importante para o fortalecimento de empreendimentos de economia popular.

BRUNO MIRANDA saudou a todos e agradeceu a oportunidade de participar deste seminário. Elogiou a atuação da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor nas discussões para a constituição do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego e do Fundo Municipal de Trabalho. Disse que o Conselho e o Fundo irão garantir mais recursos para o desenvolvimento de políticas públicas de emprego e renda. Comentou o trabalho desenvolvido pela PBH para incentivar a criação de empregos, qualificar os trabalhadores e buscar a reinserção de trabalhadores no mercado. Celebrou a reinserção de 30 moradores de rua no mercado de trabalho e disse que a atuação desses em suas novas funções tem sido bastante elogiada.

10h7min - Mesa 1: Desemprego e Políticas de Trabalho, Emprego e Renda

Mediador: vereador Gilson Reis

Convidados:

- o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, Carlos Machado;
- o graduado em economia pela Universidade Federal de Viçosa, com mestrado em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Campinas, e atualmente professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto, André Mourthé de Oliveira;

- a professora adjunta de Direito do Trabalho e de Direito Sindical da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG, integrante do projeto coletivo *Estado e Mundialização: Fronteiras do Trabalho e das Tecnologias* e das áreas de estudo: Ordem Jurídica Transnacional Tecnologia, Trabalho e Democracia, doutora em Direito (autonomia individual e autonomia coletiva) pela Università di Roma Tor Vergata, com período sanduíche na UFMG, atualmente subchefe do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito, co-coordenadora do Doutorado Interinstitucional com a Universidade Estadual de Manaus - UEA, integrante da Câmara Departamental do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito, do Colegiado de Pós-Graduação em Direito e da Congregação da Faculdade de Direito, professora visitante da Universidade de Roma Tor Vergata, Maria Rosaria Barbato;
- o professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar - FACE/UFMG - no âmbito do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica, graduado em Ciências Econômicas (1995), mestrado em economia (1999) e doutorado em Demografia (2008) todos pela UFMG, Mario Rodarte.

Síntese dos pronunciamentos:

CARLOS MACHADO saudou a todos e apresentou dados estatísticos de desocupação e subutilização da mão de obra. Comentou também que se tem verificado, nos últimos anos, um aumento do tempo para recolocação profissional da pessoa que perdeu seu emprego. Disse que a dificuldade na colocação profissional tem levado ao aumento da informalidade. Informou que os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED - dos últimos 12 meses têm registrado a criação de empregos com salários mais baixos e a remuneração de menos de um salário mínimo. Ponderou que a solução desse problema depende do crescimento econômico - situação que cria emprego. Informou que as previsões



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do mercado para o crescimento da economia têm-se reduzido e que a economia caminha para uma situação de recessão. Afirmou que não existem sinais de reversão breve desse cenário. Ponderou que os dados do IBGE são de âmbito nacional e que é preciso analisar também os dados em âmbito local. Enfatizou a importância desses dados para o desenvolvimento de políticas públicas de geração de emprego e renda. Comentou a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Minas Gerais - PED - e apresentou suas características e potencialidades. Enfatizou os objetivos dessa pesquisa e os benefícios que se busca obter com esse projeto.

MARIO RODARTE saudou a todos e agradeceu a oportunidade de participar deste seminário. Apresentou dados sobre a evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre e Recife. Ponderou que os gráficos de desemprego têm uma trajetória na forma da letra “N”, com elevado aumento de 1990 a 2003, seguido de queda entre 2003 e 2014, com aumento desse momento em 2018. Ponderou que sempre vai existir um patamar mínimo previsto para o desemprego e que ele reflete entrada de novos trabalhadores no mercado e situações de recolocação profissional. Disse que a década de 80 é chamada de “década perdida”, registrando crises de endividamento e de inflação elevada, mas terminando com índices baixos de desemprego e registros de crescimento econômico. Comentou que, na década de 90, verificou-se crescimento econômico acompanhado de aumento do desemprego. Avaliou o período de 2002 a 2014 como de mudanças de políticas públicas que ocasionaram aumento do crescimento da economia e a consequente diminuição da taxa de desemprego. Concluiu dizendo que, entre 2012 e 2018, verificou-se queda de investimentos e redução do crescimento econômico, o que ocasionou aumento do desemprego. Apresentou dados estatísticos detalhados sobre o desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, segregando os dados por sexo, faixa etária, raça e posição no domicílio. Comentou ter ouvido que os maiores geradores de emprego no Brasil seriam as empresas Uber e iFood, que atuam por meio de aplicativos; e ponderou fazer sentido que essas empresas representem os setores de transporte e de alimentação. Ressaltou não ter como confirmar essa informação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

MARIA ROSARIA BARBATO saudou a todos e agradeceu a oportunidade de participar deste seminário. Definiu a relação de emprego e considerou o emprego formal como o principal instrumento de transferência de renda. Lembrou que os direitos sociais não são postos, mas conquistados pela classe oprimida. Defendeu que as alternativas não devem ser generalizadas, mas adotadas como forma de combate ao desemprego em massa, mas sem substituir o emprego formal. Comentou que as políticas e os fundos públicos de combate ao desemprego têm tido um efeito bem menor nos países em desenvolvimento em comparação com países desenvolvidos. Tratou da proteção do trabalho e enfatizou os riscos da precarização do trabalho. Comentou que as políticas públicas devem visar à redução da pobreza e ser instrumentos de empoderamento das classes trabalhadoras. Disse que o trabalho gerado pelos aplicativos exclui os trabalhadores do âmbito de proteção das normas trabalhistas. Comentou as dificuldades de reabsorver no mercado o trabalhador que perde seu emprego e os riscos de reabsorção desse trabalhador em condições precárias de trabalho. Apresentou o *Projeto BH Negócios* e comentou o Caso “Flaviana”, que tratou de acesso ao Microcrédito Produtivo Orientado. Ponderou que o empreendimento consistia no fornecimento de alimentação e fechou pela mudança de hábitos, visto que os clientes começaram a levar marmita de casa. Ressaltou o breve tempo de vida e de atuação do empreendimento, que durou menos de um ano, e a fidelização precária de uma carteira de clientes. Ressaltou o baixo impacto social do empreendimento para não contratação de auxiliares e o pouco giro econômico local. Informou que a responsável pelo empreendimento retornou à informalidade após o encerramento de suas atividades. Disse que possíveis soluções para os problemas são verificadas pelo acompanhamento do negócio por mais tempo e pela melhor análise objetiva e subjetiva do negócio.

ANDRÉ MOURTHÉ DE OLIVEIRA saudou a todos e agradeceu a oportunidade de participar deste seminário. Comentou a importância da existência de dados confiáveis sobre a economia e o emprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Disse que o seu objetivo seria demonstrar uma análise das principais mudanças que ocorreram no mercado de trabalho formal na Região Metropolitana, decorrentes da crise econômica e política de 2015 e 2016. Apresentou os vetores de expansão da RMBH e detalhou dados de postos de trabalho formais existentes historicamente em 2014, 2015 e 2016; e manifestou sua



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

perplexidade com o fato de que teriam sido perdidos mais de 240 mil postos de trabalho formais na RMBH, nesse período. Comentou a distribuição geográfica dessa variação no número de postos de trabalho, afirmando que isso indica que o Vetor Oeste, em região de atividade eminentemente industrial, foi o mais afetado. Concluiu dizendo que tais dados indicam que a atividade industrial foi a mais afetada pelas ocorrências do período.

12h5min - Apresentação artística - Show do Mimimi

Artista: AZ Diferentonas

12h14min - Debate - Respostas a questionamentos e a outras intervenções do público:

CARLOS MACHADO explicou que a Pesquisa de Emprego e Desemprego produz dados que consideram também a população jovem. Ressaltou que as pesquisas domiciliares, ao serem realizadas, entrevistam todos os moradores da residência focalizada. Assinalou que as informações apuradas só serão divulgadas se válidas do ponto de vista estatístico.

MARIA ROSARIA BARBATO disse que as políticas de fomento à contratação de jovens não são bem sucedidas e apontou a necessidade de pensar em estratégias para manutenção desses jovens no mercado de trabalho. Declarou que o *Projeto BH Negócios* lhe parece interessante para as pessoas que trabalham nas ruas informalmente.

O vereador **GILSON REIS** manifestou preocupação com os efeitos práticos e o efetivo alcance dos objetivos de programas de fomento ao trabalho oferecidos pelo governo.

12h30min - Mesa 2: O Trabalho sob a perspectiva de Gênero, Raça e Juventude

Mediadora: vereadora Cida Falabella

Convidados:

- a membra da Comissão de Direito Sindical da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais - OAB/MG, membra da Comissão sobre a Verdade da Escravidão Negra da OAB/MG, doutora em Direito Privado: Direito do Trabalho, Modernidade e Democracia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG, Maíra Neiva Gomes;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- a gerente do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Mercado Popular da Lagoinha, licenciada em Geografia pela UFMG, especialista em Educação para Jovens e Adultos, mestra em Educação e Políticas Públicas pela Faculdade de Educação - FAE - UFMG - e *personal coach*, Gladys Andrade;
- a aluna do curso de Geografia da UFMG, bolsista de extensão do Programa Observatório da Juventude e moradora do Aglomerado da Serra, Luísa Nonato.

Síntese dos pronunciamentos:

A vereadora **CIDA FALABELLA** ponderou que o contexto de desemprego afeta sobremaneira a juventude e mulheres negras e moradoras das periferias. Ressaltou a importância da cultura e o tipo de economia que a cultura representa no cenário de crise. Destacou que, sem moradia e sem cultura, não é possível conseguir emprego.

MAÍRA NEIVA GOMES argumentou que, em momentos de crise política e econômica, permeados por discurso conservador, observa-se o aumento da opressão à população, especialmente aos negros e pobres. Salientou a necessidade de reconhecer que alguns modelos de políticas públicas estão ultrapassados. Afirmou que ainda existem no País relações escravocratas, como no trabalho rural e no doméstico. Lembrou o aumento de empregos no setor de aplicativos e salientou que os trabalhadores desse setor não têm limite de jornada, instrumentos de trabalho ou a quem recorrer para exigir que seus direitos sejam cumpridos, uma vez que os sindicatos não os reconhecem. Apresentou críticas às políticas antidrogas e ponderou que elas não são efetivas. A respeito dos vendedores ambulantes, avaliou que as normas do País estimulam a criminalização de suas atividades; e considerou injusta a apreensão das mercadorias expostas. Argumentou que existe uma tendência à criminalização da cultura afroperiférica. Evidenciou que a cultura é um elemento de afirmação e de mobilização social, além de ser meio de trabalho e renda. Defendeu que é necessário lutar pela ampliação de direitos, e não somente para que eles não sejam retirados. Ponderou que o poder público deve garantir a dignidade do trabalho e inovar normativamente.

GLADYS ANDRADE apresentou diversos dados, de acordo com dados do IBGE,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

relacionados a emprego e renda, e destacou que os maiores índices de desemprego concentram-se entre mulheres negras e pardas, que totalizam 34,7%, e o menor índice, entre homens brancos, que somam 15,1%. Quanto à renda, informou que a mulher branca recebe, em média, um salário de R\$1,7 mil mensais; enquanto as pardas recebem cerca de R\$1,76 e as negras, R\$901. Ponderou que, apesar do fim da escravidão, a sociedade brasileira continua com uma percepção escravocrata. Argumentou que, no Brasil, a miséria é naturalizada. Alegou que a participação da população jovem no mercado de trabalho é marcada por desafios como baixa remuneração, rotatividade, conciliação com estudo e outras responsabilidades; e destacou a importância da criação de políticas públicas para esse grupo. Opinou que o governo federal caminha em oposição às necessidades da população. Informou que, conforme estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano municipal dos negros no Brasil tem dez anos de atraso se comparado ao dos brancos. Ponderou que, para que haja desenvolvimento humano, é necessário ampliar as capacidades e as oportunidades existentes em uma sociedade. Explicou que, de acordo com a Pesquisa Global de *Entrepreneurship Monitor* - GEM - 2016, os negros apresentam taxa de empreendedorismo superior à dos brancos; e que, entretanto, 34,8% dos empreendedores brancos recebiam entre três e seis salários mínimos, enquanto só 21,2% dos negros recebiam esse valor. Destacou a importância de políticas afirmativas que priorizem jovens e mulheres, em especial os negros. Falou sobre o evento de empreendedorismo negro da América Latina, chamado *Feira Preta*. Enfatizou que somente com políticas públicas afirmativas, que considerem a desigualdade um elemento a ser enfrentado, poderá existir um real instrumento para que seja construída uma sociedade menos desigual.

LUÍSA NONATO informou que o *Fórum das Juventudes* é uma rede de coletivos juvenis da RMBH que trabalha na perspectiva de formação de jovens. Comentou a existência de uma plataforma criada pelo fórum, denominada *Juventudes Contra a Violência*. Destacou que, para muitos jovens, o trabalho, além de ser fonte de renda, é um espaço para socialização. Apresentou indicadores apontados pela entidade para a melhoria das condições de trabalho das juventudes, tais como: a oferta de formação técnica e profissional adequada; a construção de políticas para jovens que assegure direitos relativos à escola e ao trabalho; e a



criação de políticas públicas para jovens que garantam a oferta do primeiro emprego e do emprego pleno.

13h21min - Debate - Respostas a questionamentos e a outras intervenções do público:

GLADYS ANDRADE argumentou que a luta política deve ser organizada.

MAÍRA NEIVA GOMES ponderou que o que une as pessoas em um movimento social não é a ideia, e sim o afeto e a vida cotidiana. Defendeu a necessidade de avançar em práticas econômicas e políticas e ressaltou que a cultura também é política e economia. Ressaltou a importância de dar visibilidade às manifestações populares.

14h40min - Mesa 3: Economia Popular e Solidária

Mediador: vereador Pedro Patrus

Convidados:

- a diretora da Cooperativa de Confecção e Arte do Barreiro e vice-presidenta do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária de Minas Gerais, Francisca Paulina da Silva;
- o secretário executivo do Fórum de Economia Popular Solidária e gerente estadual de Projetos Sociais e Culturais da Moradia e Cidadania - entidade de assessoria e fomento, Emanuel Alejandro Castañeda;
- o mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; pesquisador associado do Programa INCT 2017-2020 - Observatório das Metrôpoles - e pesquisador associado do Programa de Extensão Colmeia Solidária UFMG; bacharel em Ciências Econômicas pela UFMG, Evandro Luiz Alves.

O vereador **PEDRO PATRUS** iniciou os trabalhos deste seminário, que surgiu a partir de discussão de matéria legislativa que tramitou pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Arbitrou 15 minutos de fala para cada palestrante. Orientou os presentes para que encaminhassem perguntas por escrito.

**Síntese dos pronunciamentos:**

EMANUEL ALEJANDRO CASTAÑEDA saudou os presentes. Parabenizou a iniciativa de convite à sua participação, originário do gabinete do vereador Pedro Patrus. Comentou que essa participação iniciou-se no período da manhã. Falou de sua impressão fortemente impactada após tomar conhecimento das estatísticas mencionadas a respeito do desemprego. Comentou a participação, neste seminário, de pessoas representantes de segmentos relacionados à economia solidária nesta capital. Falou de estudos desenvolvidos a respeito do cenário econômico que influencia a economia solidária. Discorreu a respeito dos segmentos econômicos diversos que compõem redes produtivas. Ressaltou a importância do conceito dessas redes na atuação das cooperativas solidárias. Informou o endereço eletrônico da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Unicafes. Destacou a luta desses movimentos contra monopólios capitalistas e o agronegócio usuário de agrotóxicos. Disse que a economia solidária comporta um modelo alternativo de trabalho que se serve de feiras e outros eventos para sua divulgação. Falou do caráter humanizado dessa iniciativa. Esclareceu a luta daqueles que desenvolvem a economia solidária em face da presença e da concorrência de produtos importados da China. Disse que a existência de políticas públicas só se justifica se essas políticas contiverem iniciativas concretas e práticas, que estimulem a abertura de negócios e espaços de comercialização. Salientou o alto índice de lojas que têm sido fechadas em Belo Horizonte. Acrescentou que, em contrapartida, a economia solidária inclui eventos e *shows* nos quais são realizadas, em parceria, feiras que se tornam espaço propício e oferecem condições para essa modalidade de negócios. Esclareceu que a economia solidária não deve concorrer com *shoppings* populares e comércio de rua. Salientou a importância do apoio governamental para a comercialização e a distribuição dos produtos dessa modalidade de economia. Para exemplificar, esclareceu que produtos, como café, açúcar, farinha e arroz, são comercializados por cooperativas registradas. Questionou a forma como esses trabalhadores poderão sobreviver no contexto do cenário descrito. Exemplificou sua fala citando a evolução histórica da Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena. Disse que a renda só se multiplica se for trabalhada diariamente e com apoio governamental.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador **PEDRO PATRUS** comentou a importância da participação do poder público, em consonância com a fala do palestrante anterior.

EVANDRO LUIZ ALVES iniciou sua participação com o questionamento: quais seriam as políticas para a economia popular que a cidade de Belo Horizonte deveria promover? Comentou o cenário de crise atual, que impacta a vida da população, especialmente o aumento do desemprego. Ressaltou que, desde 2017, o emprego informal aumentou demasiadamente, de forma a superar o emprego formal. Mencionou que Belo Horizonte já tem uma população de rua de cerca de 7 mil pessoas. Lamentou que a política, atualmente, não esteja mais sendo praticada com foco na participação das pessoas. Mencionou dispositivos da Declaração dos Direitos Humanos e as transformações que vêm sendo aplicadas ao mundo do trabalho. Criticou o cenário crescente de recessão da economia e a redução de prioridades nas políticas públicas de cunho social. Destacou a importância da construção de uma política que entenda de forma efetiva a economia solidária. Esclareceu a diferença existente entre economia popular e economia solidária. Esclareceu que, muitas vezes, acontecem fatos na economia popular que não estão de acordo com princípios ligados aos direitos humanos. Definiu a economia solidária como uma agenda de desenvolvimento alternativo incluyente e solidário, mas também como um movimento com características próprias. Disse que nem sempre a economia popular é solidária, mas observou que toda economia solidária é popular. Destacou princípios norteadores que pressupõem um plano metropolitano, partindo-se de uma metrópole monocêntrica para uma metrópole policêntrica. Apoiou o direito à cidade e ao trabalho para Belo Horizonte. Apresentou diversas recomendações para uma ação política efetiva, tais como a reivindicação da garantia do trabalho decente, humano, universal, e de incentivos à promoção de iniciativas de economia solidária. Defendeu que as ações políticas reflitam o pensamento da cidade como um todo, com caráter pedagógico, na orientação daqueles que promovem e participam dessa forma de economia alternativa.

FRANCISCA PAULINA DA SILVA saudou os presentes. Comentou o Fórum Mineiro e o Fórum Municipal de Economia Solidária. Comentou a criação de cooperativa na Região do Barreiro, há 22 anos. Discorreu sobre o Fórum Mineiro como ferramenta macro, além de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

diversos fóruns regionais. Relacionou a existência de seis fóruns no âmbito municipal. Apontou as dificuldades decorrentes de políticas de desmonte da economia que afetam a economia popular e a solidária nos dias atuais. Disse lamentar que grande parte da população esteja sendo prejudicada pelas políticas atuais. Comentou o papel desempenhado por conselhos municipais, estaduais e federais de Economia Popular Solidária, que vêm sendo ameaçados por iniciativas governamentais, a despeito de terem sido constituídos por meio de lei. Salientou que o governo do Estado de Minas Gerais pode até suprimir os conselhos estaduais, mas não calará a voz dos trabalhadores da economia solidária. Falou da importância da economia solidária para sua vida, não somente do ponto de vista de trabalho, mas também do ponto de vista das relações humanas que se constroem de forma efetiva e produtiva. Agradeceu o apoio do vereador Pedro Patrus e de alguns deputados estaduais e senadores. Expressou seu desejo de que não somente parlamentares apoiem os trabalhadores da economia solidária e a população. Disse saber de suas origens e daquilo que sonha para seu futuro, que incluem a construção da economia solidária e do respeito humano aos trabalhadores desse segmento.

16h11min - Mesa 4: Experiências de Políticas Públicas e Populares de Trabalho, Emprego e Renda

Mediadora: vereadora Bella Gonçalves

Convidados:

- a graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais - PUC-MG; atua no Direito do Trabalho dos ambulantes em Belo Horizonte junto à Intersindical Classe Trabalhadora; possui experiências em Direito Sindical e na pauta: Direito do Trabalho dos Ambulantes, Thaís Ferreira Console;
- o professor licenciado em Matemática, pós-graduado em Educação Matemática e mestre em Educação Sindicalista desde em 1982; secretário municipal em Belo Horizonte, administrador regional, presidente da Beneficência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Beprem - esses últimos cargos de 1999 a 2009; atual diretor Financeiro do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, Newton Pereira de Souza;
- o representante Conselho de Economia Solidária; assessor técnico da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, responsável pelas ações de Economia Popular Solidária da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Regional Minas, atual membro do Conselho Estadual de EPS e da Coordenação Executiva do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária; bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro - UFRRJ - e pós-graduado em Filosofia pela UFMG, Samuel da Silva.

A vereadora **BELLA GONÇALVES** discorreu sobre o cenário trágico de desemprego que afeta vários segmentos da população em uma situação de retrocessos na consideração de direitos trabalhistas. Lamentou que esteja ocorrendo a criminalização dos trabalhadores, quando esses lutam por seus direitos, assim como o desmonte trabalhista e a terceirização, que afetam a classe trabalhadora. Comentou os retrocessos que também têm sido impostos às mulheres.

Síntese dos pronunciamentos:

THAÍS FERREIRA CONSOLE comentou os desafios que compreendem a construção de mecanismos de economia popular em um cenário democrático. Comentou as medidas de retrocesso impostas à sociedade brasileira e aos trabalhadores, comentadas também pela vereadora Bella Gonçalves. Ressaltou que, atualmente, a maioria das pessoas não se encontram nas fábricas, nem em outros espaços tradicionais de trabalho, mas sim no setor de serviços e na economia informal. Destacou que a questão central, no momento, é o trabalho em um cenário que determina a reconfiguração do mercado de trabalho e das condições de trabalho em geral. Mencionou o trabalho dos catadores de papel, que beneficia a cidade. Comentou também o trabalho dos ambulantes, que beneficiaria o tráfico de drogas. Lamentou o aumento dos casos de furtos e roubos, que vêm aumentando, por exemplo, na Região Barreiro. Salientou os movimentos que vêm trazendo a reorganização dos espaços urbanos. Falou da importância de reconhecer o dinamismo das relações de trabalho e suas consequências.

MILTON PEREIRA DE SOUZA falou da importância de reconhecer o papel de mediador do poder público no propósito de incentivar condições de vida mais dignas para as cidadãs e os cidadãos deste Município. Comentou as estruturas do trabalho. Declarou ser sintomático o fechamento do Ministério do Trabalho pelo governo atual. Salientou que, mesmo em Belo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte, há situações a criticar quanto às estruturas voltadas ao trabalho de maneira geral. Relatou sua experiência no governo do prefeito Célio de Castro, com a criação de uma gerência vinculada à Secretaria de Política Social relacionada ao trabalho que não funcionou de forma adequada. Disse que, com a criação do Conselho Municipal de Trabalho e Renda, haverá um avanço que já chega de forma tardia. Comentou situações que considera importantes, tais como a que ocorreu na Regional Oeste, no ano de 1999. Disse que, nessa época, foi desenvolvido nessa regional um projeto denominado *Disque Carroça*, em parceria com a UFMG; e que foi providenciada a instalação de um telefone para atender solicitações de serviços dos carroceiros. Comentou ainda a iniciativa que propôs a formação de grupos na Secretaria Municipal de Direitos e Cidadania, incluindo presidiários, entre outros integrantes, com a geração de cursos de *design* e a promoção de exposições de produtos resultantes da proposta desenvolvida. Ressaltou que esse projeto ainda existe, tendo somente mudado de lugar. Falou da importância de incentivar e potencializar projetos como esses. Por fim, comentou projeto desenvolvido na Regional Oeste, denominado *Conexão Cidadã*, no qual as pessoas eram cadastradas por suas habilidades ou profissões. Acrescentou que, em seguida, eram produzidos panfletos com o anúncio de oferta de trabalho desses cidadãos e se acompanhava o processo e o resultado da oferta desse serviço. Disse que esses projetos sempre encontram dificuldades relacionadas à logística de sua implantação, entre outras razões mencionadas. Saliu a importância da produção de políticas públicas norteadas por diretrizes que estejam em sintonia com as propostas da economia solidária

SAMUEL DA SILVA comentou as experiências desenvolvidas pela *Cáritas* em Minas, no Brasil e no mundo. Mencionou que, apesar de ter surgido no Brasil, no ano de 1956, foi somente no ano de 1980 que se assistiu a um salto nas iniciativas dessa entidade. Disse lamentar o modelo de economia praticado no Brasil, que prestigia o mercado externo, é antiecológico e monopolista. Esclareceu que a ideia central do trabalho da *Cáritas* é promover a economia solidária, que, a princípio, é muito forte na zona rural, mas vem sendo desenvolvida aos poucos no meio urbano. Apontou a dependência da economia mineira da mineração. Comentou a situação dos Municípios nos quais a *Cáritas* vem atuando, como Conceição do Mato Dentro e outros dois que são afetados pela mineração. Ressaltou que projetos vêm sendo desenvolvidos com o apoio e a participação das populações locais.



Salientou que um dos focos da economia solidária é o consumo consciente. Destacou a importância do aporte de recursos para o desenvolvimento dos projetos. Citou a iniciativa da produção e da venda de mel proveniente de produtores. Observou que os recursos apurados por esses produtores voltam, em parte, para o fomento e a sustentação da atividade econômica em questão. Comentou que o desenvolvimento dos projetos de economia solidária acabam por trazer reflexos positivos para todas as partes envolvidas, pois ensejam a discussão das realidades locais, seja dos orçamentos envolvidos, seja das particularidades da vida econômica das populações. Disse que a mineração não traz, proporcionalmente, retorno direto às populações diretamente afetadas, mas somente impactos.

17 horas - Manifestações do público e considerações de integrantes da mesa:

A vereadora **BELLA GONÇALVES** reproduziu pergunta encaminhada por Berenice, que questionou a reinserção, no mercado de trabalho, de apenados do sistema prisional. Relatou pergunta encaminhada aos vereadores da CMBH sobre a situação dos trabalhadores da educação vinculados à empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A. - MGS, que poderão ficar desempregados se não forem aprovados em concurso.

ADRIANE DRUMOND comentou a situação dos catadores de papel, que envolve o mapeamento de depósitos, o trabalho de catadores idosos, o aplicativo disque-coleta, o acesso dos catadores aos seus direitos e a condições insalubres de trabalho da categoria.

ELIETE SOARES compartilhou o projeto criado no ano de 2009, no Bairro São Gabriel, em parceria com a Companhia Urbanizadora da Capital - URBEL. Falou da necessidade de criar estrutura para sustentação do projeto, observando que sua casa e até seus móveis foram utilizados para facilitar o desenvolvimento dessa iniciativa. Ressaltou que, com o relativo fim do desemprego durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a iniciativa recrudescer. Destacou que, no momento atual, diante do retrocesso imposto aos trabalhadores e do alto índice de desemprego, foram retomadas as atividades da iniciativa mencionada, com apoio do vereador Gilson Reis.

MARIA DO CARMO relatou que, em outubro de 2020, o papa Francisco incentivará um evento voltado à fé em apoio às iniciativas de economia alternativa e da reformulação da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

visão econômica. Relatou os recursos que podem advir da Cáritas internacional por meio do Fundo Nacional da Solidariedade.

A vereadora **BELLA GONÇALVES** comentou o cenário de crescimento da atividade informal, que cresce além dos índices de emprego formal. Mencionou novas formas de relação de trabalho, tais como o transporte pelo aplicativo *Uber* ou o fornecimento de alimentos pelo aplicativo *IFood*. Questionou como tem sido o tratamento a esses trabalhadores informais. Comentou a situação dos carroceiros em conflito com os interesses de grupos que atuam em defesa dos animais. Questionou os comentários relacionados à descontinuidade das políticas públicas. Comentou a fala de Samuel da Silva relacionada às ações das mineradoras, em contrapartida às ações de integração social da economia solidária.

THAIS CONSOLE comentou a situação dos pipoqueiros, dos caixeiros e dos trabalhadores autônomos. Destacou a situação de licenciamento de atividades que compreendem categorias de trabalhadores, como aqueles já mencionados, e o impacto dessas exigências. Ressaltou que os trabalhadores egressos do sistema prisional encontram sérias dificuldades de se reengajarem no mercado de trabalho. Disse que, na cidade de São Paulo, ser egresso do sistema prisional tornou-se requisito de contratação.

MILTON PEREIRA DE SOUZA comentou o caráter polêmico da atividade dos carroceiros, em que os animais são tratados como instrumento de trabalho. Observou que o serviço de tração animal compreende um universo de 10 mil trabalhadores diretos e de mais 40 mil dependentes dessa atividade. Questionou a proibição dessa atividade e de seus impactos. Comentou que a descontinuidade das políticas públicas causa impactos sociais como a falta de apropriação, pela sociedade, dos projetos por elas encaminhados. Disse que somente com a postura de continuidade de iniciativas um novo governo consegue manter projetos desenvolvidos por governos anteriores.

SAMUEL DA SILVA comentou que a estratégia de atuação da Cáritas se desenvolve por meio de auxílio às comunidades para captação de recursos que poderiam fortalecer a atividade dos carroceiros e que faltam em muitos lugares. Exemplo desse efeito, segundo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

considerou, é a captação de recursos para auxiliar a Associação de Carroceiros. Citou outras estratégias adotadas, como a criação de fundos destinados à sustentação de projetos voltados ao desenvolvimento social e o assessoramento técnico, mediante o qual as pessoas têm acesso a conhecimentos necessários. Citou o apoio à Associação dos Carroceiros em sua parte organizacional, seja do ponto de vista econômico ou do jurídico. Por último, citou a abordagem política como elemento decisivo, por seu vínculo natural com a produção de políticas públicas e pela pressão sobre o poder público, entre outros.

A vereadora **BELLA GONÇALVES** comentou que as possíveis demissões de empregados da MGS constituem retrocesso para a situação dos trabalhadores relacionados à administração pública estadual do atual governador Romeu Zema.

A vereadora **BELLA GONÇALVES** sugeriu a produção de uma moção que atendesse aos principais pontos e propostas comentados nessa parte do Seminário.

17h36min - Abertura - Mesa 5

Mediador: vereador Gilson Reis

Convidados:

- o secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico e subsecretário do Trabalho e Emprego, Bruno Miranda;
- o servidor público do Estado e ex-vereador, Paulo Henrique, representando o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - Ceter;
- o secretário executivo da Comissão Municipal de Emprego, Carlos Roberto Alcântara de Rezende.

17h36min – Pronunciamento

O vereador **GILSON REIS** informou que cerca de 20 experiências discutidas durante este seminário serão compiladas em uma proposta oficial a ser enviada aos órgãos competentes. Disse acreditar na contribuição desse documento para a elaboração de soluções concretas. Dirigindo-se a Bruno Miranda, defendeu a urgência da realização de uma Conferência



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, para enfrentamento do desemprego e da miséria. Opinou que o problema da economia brasileira não poderá ser resolvido em curto prazo. Solicitou celeridade no processo de transição de membros do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - CMTER. Informou que, em vista da discussão atual sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias/19 - LDO/19, organizações sociais estão sendo acionadas para participar do processo de planejamento orçamentário do Município. Propôs que esta comissão defenda uma previsão orçamentária adequada para a Subsecretaria de Trabalho e Emprego, para que as políticas públicas não sejam inviabilizadas.

17h36min - Mesa 5: O Papel do Conselho Municipal do Trabalho e do Fundo do Trabalho na cidade de Belo Horizonte

Síntese das palestras:

CARLOS ROBERTO REZENDE informou que a composição do CMTER deve ocorrer em até 45 dias. Disse que a Comissão Municipal de Emprego está se reunindo semanalmente enquanto o conselho não inicia suas atividades. Registrou que a organização da *Conferência Municipal de Trabalho, Emprego e Renda* é vista como prioridade, mas não há periodicidade de realização definida em lei. Informou que, em 2015, foi ampliada a representatividade na Comissão Municipal de Emprego, que hoje conta com a participação de cinco centrais sindicais de abrangência nacional e representantes de empregadores dos principais setores da economia, inclusive o de Educação. Observou que a criação do CMTER é resultado de uma confluência de fatores: o interesse da Comissão Municipal de Emprego e do poder público, o engajamento da CMBH e a promulgação da Lei Federal nº 13.667/18. Disse que essa lei prevê o repasse de recursos diretamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - ao Fundo Municipal do Trabalho - FMT, o que considerou positivo.

PAULO HENRIQUE apontou que tanto o Ceter quanto o CMTER são organismos tripartites, que demandam a participação do Estado e de representantes dos trabalhadores e dos empregadores, para discussão da política de geração de trabalho, emprego e renda. Apresentou um panorama histórico da criação do FAT. Assinalou que o alto índice de desemprego atual está mais ligado à situação econômica do País do que à qualificação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

profissional dos desempregados. Salientou a importância de exigir a complementação de recursos na esfera estadual e municipal, tendo em vista o contingenciamento de recursos por parte do governo federal. Opinou que a qualificação profissional da população é influenciada tanto pelas políticas de trabalho quanto pelas de educação.

CARLOS ROBERTO REZENDE iniciou apresentação de slides, mediante a qual destacou alguns dados socioeconômicos de Belo Horizonte e dados recentes do Cadastro de Empregados e Desempregados - Caged. Informou que o CMTER, instituído pela Lei Municipal nº 11.168/19, terá como objetivos: a) deliberar sobre as políticas públicas de fomento e apoio à geração de trabalho, emprego e renda e à qualificação profissional no Município; b) apontar diretrizes nesses campos. Registrou que esse conselho será composto por 15 representantes, contando com a representação, em igual número, do poder público, de trabalhadores e de empregadores. Defendeu a ampliação do espaço de debate no CMTER, pela criação de grupos de discussão e câmaras temáticas que possam subsidiar o conselho com informações e apontamentos. Discorreu sobre as atribuições conselho e disse que a instauração de um conselho forte e atuante, somado a outras forças políticas, como a da CMBH, fará com que a temática alcance mais destaque na agenda do Executivo. Informou que todos os procedimentos necessários para a implementação do FMT estão sendo feitos. Disse acreditar que o repasse de recursos do FAT será mantido. Avaliou como positiva a Lei Federal nº 13.667/18, por entender que ela modernizará o processo de descentralização de recursos aos Municípios.

18h9min - Intervenções do público e considerações finais

EDNEIA APARECIDA observou que, no escopo dos trabalhos informais que a população está sendo obrigada a aceitar devido à conjuntura econômica, há outro tipo de informalidade. Mencionou o exemplo de pessoas que não conseguem adquirir a Carteira Nacional dos Artesãos - CNA - para concorrer a vagas. Relatou experiência vivida por grupo de mulheres artesãs no Conjunto Taquaril, destacando dificuldades enfrentadas. Solicitou que esse grupo vulnerável seja lembrado nas políticas de trabalho, emprego e renda.

LUÍS HENRIQUE manifestou preocupação em relação aos encaminhamentos deste



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

seminário. Discorreu sobre a importância da pesquisa na construção, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. Afirmou que, em tempos de escassez de recursos, é necessário ter assertividade. Disse lamentar que a CMBH não tenha participação direta no CMTER. Propôs que os organizadores deste seminário: a) criem um grupo de trabalho para interlocução com o conselho; b) elaborem um documento que resuma as experiências compartilhadas e os debates neste dia e apresente proposições ao CMTER e ao Executivo; c) emita uma moção à Associação de Trabalho e Produção Solidária - Suricato. Disse ser fundamental a participação popular na discussão do orçamento do Município.

O vereador **GILSON REIS** sugeriu que a moção seja aprovada na próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos.

CARLOS MACHADO registrou que as pesquisas sobre trabalho, emprego e renda na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - foram encerradas em 2014, por questões orçamentárias. Considerou importante retomar essa discussão nas esferas estadual e municipal.

LEONARDO discorreu sobre as dificuldades de sua profissão, a de corretor de imóveis. Disse que pretende criar uma cooperativa de corretores de imóveis em Belo Horizonte e que espera contar com o apoio do Município.

THAÍIS CONSOLE retomou sua fala proferida na última mesa deste seminário, questionando se a subsecretaria do Trabalho e Emprego também tratará de questões relativas a trabalhadores ambulantes e a trabalhadores de plataformas digitais.

PAULO HENRIQUE disse que, no terceiro setor, há alternativas à informalidade; e sugeriu a prestação de assistência de gestores sociais a iniciativas de geração de renda nas comunidades.

BRUNO MIRANDA disse que, em posse do documento gerado a partir deste seminário, será possível pensar em uma agenda de trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

18h30min – Encerramento:

O vereador **GILSON REIS** agradeceu a todas e todos os envolvidos na organização deste evento.